Energest S.A.

CNPJ nº 04.029.601/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.941	25.393
Concessionárias	5	36.205	45.372
Impostos e contribuições sociais	6	6.628	5.795
Dividendos a receber	8		25.095
Outros créditos	11	9.351	8.060
Total do Ativo Circulante		**102.125**	**109.715**
Não circulante			
Tributos diferidos	7	5.651	5.450
Cauções e depósitos vinculados	10	3.656	4.112
Outros créditos	11	156	273
		9.463	**9.835**
Investimentos	12		197.513
Propriedades para investimentos		4.898	4.481
Imobilizado	13	455.859	467.091
Intangível	14	27.237	32.356
		487.994	**701.441**
Total do Ativo Não circulante		**497.457**	**711.276**
TOTAL DO ATIVO		**599.582**	**820.991**

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	41.780	23.077
Impostos e contribuições sociais	6	11.458	17.766
Dividendos	8	3.009	26.151
Debêntures	16	63.267	2.688
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	2.525	12.605
Benefícios pós-emprego	18	481	331
Encargos setoriais	19	3.334	5.729
Uso do bem público	20	1.512	1.501
Provisões	21		135
Outras contas a pagar	11	6.197	7.212
Total do Passivo Circulante		**133.563**	**97.195**
Não circulante			
Debêntures	16	59.976	119.741
Empréstimos e financiamentos	17	3.553	6.049
Benefícios pós-emprego	18	9.763	6.602
Uso do bem público	20	3.534	4.175
Provisões	21	1.804	2.355
Outras contas a pagar	11	226	204
Total do Passivo Não circulante		**78.856**	**139.126**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22.1	284.737	263.436
Reservas de lucros	22.3	105.927	322.972
Outros resultados abrangentes	22.4	(3.501)	(1.738)
Total do Patrimônio líquido		**387.163**	**584.670**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**599.582**	**820.991**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Receitas	23	**289.612**	**387.951**
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24		
Custo do serviço de energia elétrica		(134.474)	(203.638)
Custo de operação		(41.122)	(38.007)
Custo do serviço prestado a terceiros		(323)	(298)
		(175.919)	**(241.943)**
Lucro bruto		**113.693**	**146.008**
Despesas e Receitas operacionais	24		
Despesas com vendas			629
Despesas gerais e administrativas		(17.363)	(20.700)
Depreciações e amortizações		(5.585)	(3.365)
Outras despesas e receitas operacionais		(11.090)	(6.900)
		(34.038)	**(30.336)**
Resultado das participações societárias	12	**32.896**	**31.509**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**112.551**	**147.181**
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		3.408	6.361
Despesas financeiras		(20.020)	(17.503)
		(16.612)	**(11.142)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**95.939**	**136.039**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(13.435)	(23.181)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(707)	312
Resultado líquido do exercício	26	**(14.142)**	**(22.869)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas		**81.797**	**113.170**
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)	27		
ON		0,08175	0,11311

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	95.939	136.039
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		(629)
Depreciações e amortizações	21.623	14.173
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	10.177	6.268
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17.595	15.798
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	851	(338)
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	917	1.098
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	208	1.310
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	8	14
Participações societárias	(32.896)	(31.509)
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	1.210	1.444
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(101)	(75)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(248)	(2.201)
Outros		1
	115.283	**141.393**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	9.167	(14.508)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(14.814)	(24.555)
Outros ativos operacionais	(1.034)	(2.049)
	(6.681)	**(41.112)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	18.703	(1.235)
Outros tributos e contribuições sociais	10.782	20.947
Benefícios pós-emprego	(277)	(89)
Encargos setoriais	(3.605)	(1.753)
Provisões	(902)	(804)
Uso do bem público	(1.481)	(595)
Outros passivos operacionais	(994)	1.150
	22.226	**17.621**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**130.828**	**117.902**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.893)	(21.813)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**109.935**	**96.089**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	55.327	17.067
Adições ao imobilizado e intangível	(15.706)	(20.371)
Empréstimos a receber		784
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	**39.621**	**(2.520)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(95.651)	(65.124)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, debêntures	(12.104)	(12.103)
Pagamentos de encargos de dívidas	(17.253)	(15.513)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	**(125.008)**	**(92.740)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**24.548**	**829**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	49.941	25.393
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.393	24.564
	24.548	**829**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	**81.797**	**113.170**
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.671)	1.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	908	(657)
Resultado abrangente do exercício	**80.034**	**114.446**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Geração do valor adicionado	**349.993**	**470.876**
Receita operacional	334.260	442.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas		629
Receita relativa à construção de ativos próprios	15.706	26.981
Outras receitas	27	512
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(189.356)**	**(271.747)**
Custos da energia comprada	(140.559)	(217.673)
Encargos de uso da rede elétrica	(7.621)	(6.721)
Materiais	(7.416)	(12.061)
Serviços de terceiros	(21.852)	(26.093)
Outros custos operacionais	(11.908)	(9.199)
Valor adicionado bruto	**160.637**	**199.129**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(21.879)	(14.303)
Valor adicionado líquido produzido	**138.758**	**184.826**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.543	5.410
Resultado da equivalência patrimonial	32.896	31.509
Valor adicionado total a distribuir	**175.197**	**221.745**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	20.226	20.892
Benefícios	2.979	3.190
FGTS	1.448	1.231
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	47.296	63.567
Estaduais	398	110
Municipais	92	122
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	20.020	17.503
Aluguéis	941	1.960
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	32.364	24.371
Dividendos		5.435
	125.764	**138.381**
Lucros retidos	49.433	83.364
	175.197	**221.745**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**263.436**	**279.892**	**(3.014)**	**-**	**540.314**
Reversão de dividendos		30.921			30.921
Dividendo adicional aprovado - AGO de 10/04/2014		(71.205)			(71.205)
Lucro líquido do exercício				113.170	113.170
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		5.659		(5.659)	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE		2.907		(2.907)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(24.371)	(24.371)
Dividendos propostos				(5.435)	(5.435)
Lucros retidos a deliberar		74.798		(74.798)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			1.933		1.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(657)		(657)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**263.436**	**322.972**	**(1.738)**	**-**	**584.670**

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**263.436**	**322.972**	**(1.738)**	**-**	**584.670**
Aumento de capital - AGE 26/06/2015	221.478	(221.478)			-
Redução de capital - AGE de 17/11/2015	(200.177)				(200.177)
Dividendo adicional aprovado AGO de 10/04/2015		(45.000)			(45.000)
Lucro líquido do exercício				81.797	81.797
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		4.090		(4.090)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(32.364)	(32.364)
Lucros retidos a deliberar		45.343		(45.343)	-
Outros resultados abrangentes					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego			(2.671)		(2.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			908		908
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**284.737**	**105.927**	**(3.501)**	**-**	**387.163**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2014, possuia as seguintes participações nas controladas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação Direta 31/12/2015	% Participação Direta 31/12/2014
Geração				
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	Controlada	integral	(*)	51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	Controlada	integral	(*)	100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	Controlada	integral	(*)	100,00

(*) Durante o segundo semestre de 2015 ocorreu a transferência do controle societário direto das empresas Costa Rica, Santa Fé e Pantanal Energética, detido pela Companhia, em favor de seu respectivo controlador, EDP - Energias do Brasil por meio da reorganização societária (Nota 3.1).

1.1 Concessões e Autorizações

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes concessões e autorizações de geração em operação:

						Concessão / Autorização	
Empresas	Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Início	Término
Energest	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	138,50	14/07/1995	16/07/2025
	UHE Suíça	Produtor Independente	Concessão	ES	33,90	18,91	14/07/1995	16/07/2025
	PCH Viçosa	Produtor Independente	Autorização	ES	4,50	1,99	19/05/1999	19/05/2029
	PCH São João	Produtor Independente	Autorização	ES	25,00	13,63	19/05/1999	19/05/2029
	PCH Alegre	Produtor Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	14/07/1995	16/07/2025
	PCH Fruteiras	Produtor Independente	Concessão	ES	8,74	4,93	14/07/1995	16/07/2025
	PCH Jucu	Produtor Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	14/07/1995	16/07/2025
	PCH Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	22,50	9,40	14/07/1995	16/07/2025

(*) Não auditado pelos auditores independentes

Na exploração das usinas hidrelétricas, as concessionárias e autorizadas terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A Companhia comercializa sua energia nos seguintes ambientes: (i) Ambiente de Contratação Regulada - ACR mediante os contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs), negociados principalmente com terceiros; e (ii) Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Nota 9).

No final das concessões da UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, os ativos vinculados a concessão serão revertidos e indenizados pela União mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente.

1.1.1 Contratos de concessão da Energest (UHEs Mascarenhas e Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito)

Por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 4.020/2013 e 3.926/2013, a UHE Suíça e as PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito tiveram seu regime de exploração alterados de "Serviço Público" para "Produtor Independente".

Nos dias 9 e 17 de julho de 2014, respectivamente, foram assinados os Contratos de Concessão nº 01/2013 e nº 04/2013 para a UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, formalizando a alteração do regime de exploração para Produtor Independente.

O prazo de concessão da UHE Mascarenhas poderá ser prorrogado por período de até 20 anos. Para as demais usinas, o prazo poderá ser prorrogado a critério do Poder Concedente. Todas as prorrogações serão baseadas nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das usinas hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

1.1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Para as UHEs Mascarenhas e Suíça, a Companhia aplica, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 19.1).

1.1.2 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico, recolhe a União, em relação às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R$5.046. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão. O valor recolhido a título de UBP no exercício foi de R$1.481 (R$595 em 2014) (Nota 20).

1.1.3 Autorizações da Energest (PCHs Viçosa e São João)

O prazo das autorizações das PCHs está em vigor pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na autorização, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Para as outorgas na modalidade de autorizações, não existe a incidência de pagamento de Uso do bem público, bem como da aplicação de montantes em Pesquisa e Desenvolvimento.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Práticas contábeis
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 7); Recuperação dos ativos (*impairment*) (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28.1.3); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 21.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 21.2); e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 18).
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.6 Redução ao valor recuperável
Ativo financeiro
São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos.
Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.
2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas
2.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando ela deve ser reconhecida. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A Administração da Companhia acredita que as IFRS's 9 e 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.
2.7.2 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2015
A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivados e contabilidade de cobertura (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício
3.1 Reestruturação societária
O Grupo EDP - Energias do Brasil está reorganizando a estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias, permitindo uma maior eficiência operacional, eliminando *holdings* intermediárias e segregando ativos outorgados na modalidade de serviço público daqueles na modalidade de produtor independente.
A reestruturação societária está dividida em 2 partes:
(i) Transferência de controle acionário: Em 26 de junho de 2015, a Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, aprovou a redução de seu capital social no valor mínimo de R$190.507 e máximo de R$200.177, sem cancelamento de ações, mediante entrega à EDP - Energias do Brasil, a totalidade das participações societárias detidas na Pantanal, Santa Fé e Costa Rica, sem gerar ganhos ou perdas entre as partes envolvidas, sendo: (i) 23.390.368 quotas de emissão da Pantanal, com valor nominal de R$1,00 cada; (ii) 86.370.999 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Santa Fé; e (iii) 7.302.274 quotas de emissão da Costa Rica, com valor nominal de R$1,00 cada.
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de novembro de 2015, a EDP Energias do Brasil após obter a anuência do Banco do Brasil conforme carta datada de 17 de agosto de 2015, da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.510/2015 e do BNDES conforme carta nº 236/2015 de 16 de novembro aprovou a redução de capital no valor de R$200.177, em conformidade com a AGE da Companhia realizada no dia 26 de junho de 2015.
(ii) Cisão da Companhia: Em 9 julho de 2015, a EDP - Energias do Brasil protocolou na ANEEL o pedido de anuência da cisão da Energest, passando parcela de seus ativos correspondentes às outorgas na modalidade de produção independente para a EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A., permanecendo apenas os ativos da UHE Mascarenhas na modalidade de serviço público.
Em 24 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou o Despacho nº 4.105/15 anuindo o Laudo de Cisão parcial para a EDP Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia também aguardava a anuência do BNDES para a respectiva operação, prevista para ocorrer no 1º trimestre de 2016 (Nota 32.1).
3.2 Lei nº 13.203/2015 - Repactuação do risco hidrológico
Conforme Medida Provisória - MP nº 688, publicada em 18 de agosto de 2015, convertida na lei nº 13.203 de 8 de dezembro de 2015, o risco hidrológico suportado pelos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE poderá ser repactuado pelos geradores, desde que haja anuência da ANEEL, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica, com o pagamento de prêmio de risco pelos geradores hidrelétricos.
O detalhamento para repactuação do risco hidrológico foi realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Normativa REN nº 684, de 11 de dezembro de 2015.
A lei trata da repactuação de modo distinto para o Ambiente de Contratação Regulada - ACR e para o Ambiente de Contratação Livre - ACL.
Para o ACR, haverá o repasse das perdas com o *Generation Scaling Factor* - GSF integralmente à Conta de Bandeira Tarifária, mediante pagamento de um Prêmio de Risco. A parcela de perda com GSF de 2015 será recompensada aos geradores por meio da isenção do pagamento do prêmio de risco a partir de janeiro de 2016 até a completa compensação das perdas de 2015. Para esse período de transição, o Prêmio de Risco varia de R$0,75 a R$12,75 por MWh, a depender do percentual de risco que o gerador pretende repactuar: de 89% a 100%.
Para o ACL, de forma similar, o Prêmio de Risco varia de R$10,50 a R$23,10 por MWh, a depender da quantidade da Energia de Reserva adquirida do sistema. O ressarcimento das perdas com o GSF de 2015 é realizada exclusivamente mediante extensão do contrato de Concessão do agente de geração que aderir ao acordo no ACL. A repactuação no ACL não isenta o gerador do custo do GSF.
Para a adesão ao Acordo, deverá haver a desistência das ações judiciais relacionadas às perdas com o GSF.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Bancos conta movimento	9.913	16.560
Aplicações financeiras - renda fixa	40.028	8.833
Total	**49.941**	**25.393**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados à taxa de 99,80% e 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5 Concessionárias

	31/12/2015	31/12/2014
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	27.558	44.880
Energia de curto prazo	8.647	492
Total Circulante	**36.205**	**45.372**

O saldo de Concessionárias, totalmente vincendo, refere-se à: (i) venda de energia em negociações bilaterais ou em Leilões de energia promovidos pela ANEEL; e (ii) venda de sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.
Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não há saldo de PCLD na Companhia em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014.
A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

6 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificação	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Ativo - Compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social		2.108	189		248	10.549	(215)	202	(10.424)	2.657
ICMS		14						(1)		13
PIS e COFINS		383	14.339	(294)				1	(14.328)	101
IRRF sobre aplicações financeiras		1.248	490					(150)		1.588
Outros		2.042	321	(42)				(52)		2.269
Total do Circulante		**5.795**	**15.339**	**(336)**	**248**	**10.549**	**(215)**	**-**	**(24.752)**	**6.628**
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social		10.343	13.608			(10.344)			(10.424)	3.183
ICMS		167	423			(518)				72
PIS e COFINS		2.069	31.054			(16.978)	(215)		(14.328)	1.602
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		191	690			(591)		163		453
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.1	3.656	4.854			(3.655)		(1)		4.854
Encargos com pessoal		1.179	6.000			(6.537)		(359)		283
Outros		161	866			(213)		197		1.011
Total do Circulante		**17.766**	**57.495**	**-**	**-**	**(38.836)**	**(215)**	**-**	**(24.752)**	**11.458**

Os impostos e contribuições sociais correntes que serão liquidados em um único pagamento, são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
6.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio
Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio (Nota 22.2), com retenção de R$4.854, conforme legislação, e liquidado em janeiro de 2016.

7 Tributos diferidos
7.1 Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.
7.2 Composição e base de cálculo

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	**31/12/2015 IRPJ/CSLL**	**31/12/2014 IRPJ/CSLL**	**31/12/2015 IRPJ/CSLL**	**31/12/2014 IRPJ/CSLL**	**2015 IRPJ/CSLL**	**2014 IRPJ/CSLL**
Diferenças Temporárias						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.695	2.267			428	(215)
Benefício pós-emprego	1.646	1.428			218	336
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	587	786			(199)	271
Uso do bem público - CPC 25	1.941	1.876	1.693	1.876	248	
Benefício pós-emprego - Resultados abrangentes	1.803	895				
Outras	28	116	1.356	42	(1.402)	(80)
Total diferenças temporárias	**8.700**	**7.368**	**3.049**	**1.918**	**(707)**	**312**
Total bruto	**8.700**	**7.368**	**3.049**	**1.918**	**(707)**	**312**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(3.049)	(1.918)	(3.049)	(1.918)		
Total	**5.651**	**5.450**	**-**	**-**		

A variação no imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R$201, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$707 e a crédito de Patrimônio líquido em R$908.
7.2.1 Diferenças Temporárias
Com o advento da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, foi extinto os eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 - RTT, os quais passaram a incorporar a partir de 1º de janeiro de 2015 o mesmo tratamento fiscal nas adições e exclusões temporárias quanto a sua dedutibilidade ou não.
7.3 Resultados tributáveis futuros
A Administração da Companhia elaborou, em 31 de dezembro de 2015, a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 a 2025	Total
6.928	197	197	197	197	591	393	8.700

8 Dividendos - Ativos e Passivos
Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um ativo ou passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.
Não há saldo de Dividendos a receber em 31 de dezembro de 2015 devido a transferência do controle acionário conforme mencionado na nota 3.1.
Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 10 de abril de 2015, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor de R$74.806, sendo: (i) R$50.435 a título de dividendos, composto de R$5.435 referente a dividendos adicionais contabilizados em dezembro de 2014 e R$45.000 como dividendo adicional proposto; e (ii) R$24.371 a título de JSCP, imputáveis aos dividendos, aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2014, sendo R$20.715 líquido de imposto de renda, integralmente reconhecidos em dezembro de 2014.
Foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração - RCA, realizada em 21 de dezembro de 2015, o pagamento de JSCP referente ao exercício de 2015, no montante bruto de R$32.364, sendo R$27.509 líquido de imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada.

	31/12/2014	Dividendos adicionais aprovados	Dividendos Constituição de JSCP	Recebimento	31/12/2015
Ativo					
Costa Rica	-		5.782	(5.782)	-
Pantanal	23.524		24.450	(47.974)	-
Santa Fé	1.571			(1.571)	-
Total	**25.095**		**30.232**	**(55.327)**	**-**
Passivo					
EDP - Energias do Brasil	26.151	45.000	27.509	(95.651)	3.009
Total	**26.151**	**45.000**	**27.509**	**(95.651)**	**3.009**

9 Partes Relacionadas
Além dos valores de dividendos a pagar e a receber (Nota 8), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora e anteriores Controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

	Relacionamento	Preço praticado (R$/MWh)	Duração	Ativo Circulante 31/12/2015	Ativo Circulante 31/12/2014	Ativo Não circulante 31/12/2015	Ativo Não circulante 31/12/2014	Passivo Circulante 31/12/2015	Passivo Circulante 31/12/2014	Passivo Não circulante 31/12/2015	Passivo Não circulante 31/12/2014	Receitas (Despesas) Operacionais 2015	Receitas (Despesas) Operacionais 2014
Consumidores e concessionárias													
Venda energia elétrica													
EDP Bandeirante	Controle comum	199,91	01/01/2008 a 31/12/2037	26	23							208	194
EDP Comercializadora	Controle comum		01/12/2010 a 31/12/2022	59	56							627	604
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2007 a 31/12/2014		470								5.020
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2012 a 31/12/2014		2.851								31.084
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2022	6.057	5.959							71.909	63.667
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2017	1.753	1.937							19.224	20.076
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2013 a 31/12/2014		2.950								22.743
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2015	1.622								17.335	
EDP Escelsa	Controle comum	238,39	01/08/2001 a 17/07/2025	460	673							5.086	4.814
EDP Escelsa	Controle comum	238,39	01/01/2002 a 17/07/2025	2.182	3.196							24.128	22.840
EDP Escelsa	Controle comum	220,67	01/01/2007 a 17/07/2025	3.503	3.063							29.453	27.454
EDP Escelsa	Controle comum	138,22	01/01/2008 a 31/12/2015	38	42							320	298
EDP Escelsa	Controle comum	198,40	01/01/2008 a 31/12/2037	52	58							441	411
EDP Escelsa	Controle comum	209,67	01/01/2013 a 31/12/2041	1								2	1
Pantanal	Controle comum	102,90	01/01/2012 a 31/12/2014		42								411
Pantanal	Controle comum	196,83	01/07/2014 a 31/12/2014		59								315
Lajeado Energia	Controle comum	196,83	01/07/2014 a 31/12/2014		1.204								6.482
Lajeado Energia	Controle comum	156,45	01/01/2015 a 31/12/2015	704								7.525	
Lajeado Energia	Controle comum	243,64	01/05/2015 a 31/12/2019	1.632								11.699	
				18.089	**22.583**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**187.957**	**206.414**
Outros créditos e outras contas a pagar													
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos													
Cachoeira	Controle comum					137							(137)
São Manoel	Controle comum					35							(35)
EDP Escelsa	Controle comum									15		(15)	
Compartilhamento de gastos com gestores													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL							29	57	(521)	(1.040)
Pantanal	Controle comum					41						41	
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura													
EDP Escelsa	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019							56	14	(56)	(145)
EDP - Energias do Brasil	Controladora		29/07/2015 a 29/07/2019							126	133	(626)	(1.468)
Pantanal	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019			14						14	
Contrato Jurídico sobre o Parecer do GSF													
Lajeado Energia	Controle comum					2						2	
ECE Participações	Controle comum					4						4	
Enerpeixe	Controle comum					2						2	
Prestação de serviços de consultoria ambiental													
Santa Fé	Controle comum		01/01/2011 a 31/12/2016	18			9					93	111
Investco	Controle comum		29/09/2011 a 28/09/2015										144
Costa Rica	Controle comum		01/01/2011 a 31/12/2016	75	71							1.039	939
Pantanal	Controle comum		01/01/2011 a 31/12/2016	29	64							186	211
				122	**135**	**63**	**181**	**-**	**-**	**226**	**204**	**163**	**(1.420)**
Empréstimos a receber													
Contratos de mútuo - 100% do CDI													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		08/11/2011 a 17/06/2015					72					
				-	**-**	**-**	**-**	**-**	**72**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores													
Uso do sistema de distribuição													
EDP Escelsa	Controle comum		01/08/2005 a 17/07/2025					589	530			(6.656)	(5.877)
Suprimento de energia elétrica													
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2014 a 31/12/2014						5.343				(43.010)
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2015					673				(7.191)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2015 a 31/12/2015					1.182				(11.484)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/05/2015 a 31/12/2015					2.344				(16.806)	
				-	**-**	**-**	**-**	**4.788**	**5.873**	**-**	**-**	**(42.137)**	**(48.887)**
				18.211	**22.718**	**63**	**181**	**4.788**	**5.945**	**226**	**204**	**145.983**	**156.107**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2014 as empresas Costa Rica, Santa Fé e Pantanal Energética eram controladas pela Companhia, após a transferência do controle societário passaram a ser controle comum (Nota 3.1).

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding*, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do controle de alocação de horas trabalhadas (*timesheet*).

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013. O tema Compartilhamento de Recursos Humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e na Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerrou-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura associada à anuência prévia, ficando o contrato atual vigente prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Em 14 de abril de 2011, a ANEEL por meio do Despacho nº 1.598 anuiu os Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura que têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações entre as empresas. Estes contratos vigoraram de 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2014.

Em maio de 2014, a Energest solicitou anuência prévia ANEEL para o Primeiro Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, firmado entre Energest e Pantanal devido à mudança do endereço da sua filial em Campo Grande/MS. Em 03 de outubro de 2014, por meio do Despacho nº 4.029, a ANEEL anuiu o pedido.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o novo "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratante a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco; e (iii) Filial Energest - MS, tendo como Contratada a Energest e Contratante a Pantanal.

Em 29 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o rateio a partir de 1º de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido encontra-se sob análise da ANEEL.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

9.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

A Companhia possui quatro posições no Conselho de Administração, porém, nenhum membro é remunerado.

9.2.2 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia nos exercícios findo em 31 de dezembro (em R$)

	2015		2014	
	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)
Número de membros	(*)		4	
Remuneração fixa	**2.102.831**	**71%**	**1.854.061**	**79%**
Salário ou pró-labore	1.419.121		1.319.010	
Benefícios diretos e indiretos (i)	286.356		165.728	
Encargos sociais	397.354		369.323	
Remuneração variável	**875.401**	**29%**	**493.129**	**21%**
Bônus	683.907		385.257	
Encargos sociais	191.494		107.872	
Valor total da remuneração por órgão	**2.978.232**	**100%**	**2.347.190**	**100%**

(*) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, 4 membros são remunerados, sendo que uma posição encontra-se vaga. A remuneração anual global da Diretoria é de até R$4.630.000,00, para o período de abril de 2015 a março de 2016, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia, Previdência Privada e Vale Refeição.

9.2.3 Remuneração individual máxima, mínima e média da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro (em R$)

	Diretoria Estatutária	
	2015	2014
Número de membros	4	4
Valor da maior remuneração individual	987.650	640.758
Valor da menor remuneração individual	573.264	97.920
Valor médio da remuneração individual	744.558	586.798

10 Cauções e depósitos vinculados

		Não circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais	21.1	2.688	3.245
Cauções e depósitos vinculados		968	867
Total		**3.656**	**4.112**

11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar		1.954	1.954		
Serviços prestados a terceiros		130	116		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas		122	135	63	181
Estoques	11.1	6.806	5.398		
Outros		339	457	93	92
Total		**9.351**	**8.060**	**156**	**273**
Outras contas a pagar - Passivo					
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos		1.237	1.300		
Folha de pagamento		94	467		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas				226	204
Obrigações sociais e trabalhistas	11.2	4.704	5.385		
Outros		162	60		
Total		**6.197**	**7.212**	**226**	**204**

11.1 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado. Ambos os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

11.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

12 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos nas controladas, nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação superior a 50% dos direitos a voto (capital votante), é avaliada por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. Caso a Companhia deixe de ter o controle nas controladas, a consolidação será interrompida.

Durante o exercício de 2015 devido a transferência do controle acionário das empresas Costa Rica, Santa Fé e Pantanal Energética, detido pela Companhia, em favor da EDP - Energias do Brasil, a Companhia em 31 de dezembro de 2015 não possui Investimentos, para maiores informações vide nota 3.1.

12.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldo em 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Transferência controle	Saldo em 31/12/2015	% Participação direta 31/12/2014
Pantanal	74.820	19.607	(24.450)	(69.977)	-	100,00
Costa Rica	10.268	7.184	(5.782)	(11.670)	-	51,00
Santa Fé	112.425	6.105		(118.530)	-	100,00
Total	**197.513**	**32.896**	**(30.232)**	**(200.177)**	**-**	

12.2 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia(mil)			% de participação da Companhia					
	31/12/2014	31/12/2014		Ativos totais	Passivos (Circulantes e Não circulantes)	Patrimônio líquido	Receitas	Resultado líquido do exercício
Empresas	Ordinárias/ Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	2014	2014
Pantanal	23.390	100	100	108.261	33.441	74.820	52.613	21.697
Costa Rica	7.302	51	51	22.051	1.917	20.134	14.468	6.269
Santa Fé	86.371	100	100	168.658	56.233	112.425	25.822	6.615

13 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. Posteriormente, em 11 de agosto de 2015 foi publicada a Resolução nº 674 que aprova o MCPSE que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2016 que tem como propósito aprimorar o controle patrimonial por meio de acréscimos nas tabelas de atributos técnicos e a inclusão de equipamentos específicos para que se pudesse alcançar as novas tecnologias utilizada pelo Setor. Sobre a vida útil dos bens e instalações, apesar de a tabela contendo as taxas de depreciação fazer parte do MCPSE, a referida regulamentação não tratou da revisão das vidas úteis, dado a especificidade, a mesma deverá ser tratada em outro momento, conforme Nota Técnica nº 211/2015 - SFF/ANEEL, de 31 de julho de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerado o prazo remanescente de Concessão.

		31/12/2015				31/12/2014		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,34	1.207	(7)	1.200		1.207		1.207
Reservatórios, barragens e adutoras	2,57	141.887	(48.702)	93.185	2,45	136.574	(45.415)	91.159
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,29	40.427	(20.246)	20.181	3,35	41.161	(19.908)	21.253
Máquinas e equipamentos	3,48	347.603	(67.255)	280.348	4,18	302.397	(51.942)	250.455
Veículos	14,29	1.585	(945)	640	14,29	1.664	(819)	845
Móveis e utensílios	6,25	546	(300)	246	6,25	546	(271)	275
		533.255	**(137.455)**	**395.800**		**483.549**	**(118.355)**	**365.194**
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	2,71	890	(129)	761	2,71	890	(105)	785
		890	**(129)**	**761**		**890**	**(105)**	**785**
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,88	160	(33)	127	5,88	160	(25)	135
Máquinas e equipamentos	11,58	1.889	(695)	1.194	11,58	1.878	(527)	1.351
Veículos	14,29	479	(426)	53	14,29	479	(400)	79
Móveis e utensílios	6,25	248	(123)	125	6,25	248	(109)	139
		2.776	**(1.277)**	**1.499**		**2.765**	**(1.061)**	**1.704**
Total do Imobilizado em serviço		**536.921**	**(138.861)**	**398.060**		**487.204**	**(119.521)**	**367.683**
Imobilizado em curso								
Geração		57.424		57.424		99.127		99.127
Administração		375		375		281		281
Total do Imobilizado em curso		**57.799**	**-**	**57.799**		**99.408**	**-**	**99.408**
Total Imobilizado		**594.720**	**(138.861)**	**455.859**		**586.612**	**(119.521)**	**467.091**

A movimentação do Imobilizado no exercício é a seguinte:

Imobilizado em serviço	Valor líquido em 31/12/2014	Adições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Terrenos	1.207			(7)			1.200
Reservatórios, barragens e adutoras	91.159		5.315	(3.286)	(3)		93.185
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.388			(1.066)	(14)		20.308
Máquinas e equipamentos	252.591		46.088	(15.747)	(629)		282.303
Veículos	924			(231)			693
Móveis e utensílios	414			(43)			371
Total do Imobilizado em serviço	**367.683**	**-**	**51.403**	**(20.380)**	**(646)**	**-**	**398.060**
Imobilizado em curso							
Terrenos	1.165				(418)		747
Reservatórios, barragens e adutoras	6.736				(1.843)		4.893
Edificações, obras civis e benfeitorias	609	871					1.480
Máquinas e equipamentos	66.753	10.435	(51.403)		(167)	10.765	36.383
Adiantamento a fornecedores	1.698					(1.615)	83
A ratear	18.715	1.152			(2.329)	(6.474)	11.064
Outros	3.732	1.475			(15)	(2.043)	3.149
Total do Imobilizado em curso	**99.408**	**13.933**	**(51.403)**	**-**	**(4.772)**	**633**	**57.799**
Total do Imobilizado	**467.091**	**13.933**	**-**	**(20.380)**	**(5.418)**	**633**	**455.859**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

14 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

		31/12/2015				31/12/2014		
Intangível em serviço	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração								
Software	20,00	1.291	(1.274)	17	20,00	1.291	(1.237)	54
Servidão permanente	2,82	142	(4)	138		142		142
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	701	(605)	96	25,00	701	(578)	123
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	20,00	6.019	(1.705)	4.314	20,00	6.020	(502)	5.518
		8.153	**(3.588)**	**4.565**		**8.154**	**(2.317)**	**5.837**
Administração								
Software	20,00	2.379	(1.931)	448	20,00	2.352	(1.703)	649
		2.379	**(1.931)**	**448**		**2.352**	**(1.703)**	**649**
Total do Intangível em serviço		**10.532**	**(5.519)**	**5.013**		**10.506**	**(4.020)**	**6.486**
Intangível em curso								
Geração		21.390		21.390		25.172		25.172
Administração		834		834		698		698
Total do Intangível em curso		**22.224**	**-**	**22.224**		**25.870**	**-**	**25.870**
Total do Intangível		**32.756**	**(5.519)**	**27.237**		**36.376**	**(4.020)**	**32.356**

A movimentação do Intangível no exercício é a seguinte:

Intangível em serviço	Nota	Valor líquido em 31/12/2014	Adições	Transferência para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2015
Software		703		27	(265)			465
Servidão permanente		142			(4)			138
Direito de concessão - Licenças ambientais		123			(27)			96
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.1	5.518			(1.204)			4.314
Total do Intangível em serviço		**6.486**	**-**	**27**	**(1.500)**	**-**	**-**	**5.013**
Intangível em curso								
Desenvolvimento de projetos		25.172	1.610			(4.759)	(633)	21.390
Outros intangíveis em curso		698	163	(27)				834
Total do Intangível em curso		**25.870**	**1.773**	**(27)**	**-**	**(4.759)**	**(633)**	**22.224**
Total Intangível		**32.356**	**1.773**	**-**	**(1.500)**	**(4.759)**	**(633)**	**27.237**

14.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado às PCHs e UHEs. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o Uso do bem público e registrados em contrapartida do passivo (Nota 20). A amortização é pelo prazo de 5 anos a partir da mudança do regime de exploração com término em julho de 2019 (Nota 1.1.2).

15 Fornecedores

		Circulante	
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica		7.186	18.193
Encargos de uso da rede elétrica		615	558
Operações CCEE	15.1	29.665	1.708
Materiais e serviços		4.314	2.618
Total		**41.780**	**23.077**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Aplicação do *Generation Scaling Factor* - GSF

O montante a ser liquidado junto à CCEE de R$29.665, está impactado pelo montante de R$32.810 relativos a aplicação do GSF das competências de março a dezembro de 2015. O GSF é o fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas.

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE, propuseram, em 18 de junho de 2015, ação judicial visando prevenir e reparar danos que desde janeiro de 2014 as Geradoras vem sofrendo em consequência de atos estatais que alteraram as condições objetivas, fáticas e jurídicas à vista das quais foram tomadas decisões de investimento em geração hidrelétrica e frustraram a geração das usinas hidrelétricas.

Em 1º de julho de 2015 foi concedida liminar que impede a aplicação pela ANEEL do ajuste do MRE, caso haja geração total do MRE em montante inferior à garantia física para o grupo de empresas representadas pela APINE até o trânsito em julgado da ação mencionada. A decisão proferida pela juíza federal da 20ª Vara Federal do Distrito Federal determinou multa diária de R$50 à ANEEL caso a decisão não seja cumprida.

A decisão tem o condão de estancar os danos sofridos em razão dos valores do GSF, valores esses que refletem, desde o início de 2014, a circunstância da geração hidrelétrica ter sido reduzida por força de diversos atos estatais de ordem tanto estrutural quanto conjuntural.

A Companhia, após aprovar proposta de repactuação do risco hidrológico, formalizou o pedido de desistência, com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da APINE (Nota 32.2).

16 Debêntures

16.1 Composição do saldo de Debêntures

										31/12/2015				31/12/2014		
										Encargos	Principal			Encargos	Principal	
Agente fiduciário	**Tipo de emissão**	**Quantidade de títulos**	**Valor unitário**	**Valor total**	**Data da emissão**	**Vigência do contrato**	**Finalidade**	**Custo da dívida**	**Forma de pagamento**	**Circulante**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Oliveira Trust	Instrução CVM nº 476/09	120.000	1	120.000	1ª emissão em 23/04/2012	23/04/2012 a 23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98% a.a. até 17/09/2015 CDI + 1,60% a.a. após 18/09/2015 (i)	Principal anual a partir de abril/2016 e juros semestral Amortização mensal	3.362	60.000	60.000	123.362	2.688	120.000	122.688
(-) Custos de emissão				(635)							(95)	(24)	(119)		(259)	(259)
Total										**3.362**	**59.905**	**59.976**	**123.243**	**2.688**	**119.741**	**122.429**

(i) Conforme Assembleia Geral dos Debenturistas - AGD de 17 de setembro de 2015, ocorreu alteração do juros remuneratórios de CDI + 0,98% a.a. para CDI + 1,60% a.a., efetivo a partir de 18 de setembro de 2015.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

16.2 Mutação das debêntures do exercício

	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Curto prazo						
Debêntures						
Principal	-			60.000		60.000
Juros	2.688	(16.147)	16.821			3.362
Custo de transação	-			(235)	140	(95)
	2.688	**(16.147)**	**16.821**	**59.765**	**140**	**63.267**
Longo prazo						
Debêntures						
Principal	120.000			(60.000)		60.000
Custo de transação	(259)			235		(24)
	119.741	**-**	**-**	**(59.765)**	**-**	**59.976**

16.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

	Vencimento
Circulante	
2016	63.267
	63.267
Não circulante	
2017	59.976
	59.976
Total	**123.243**

As principais cláusulas dos contratos prevendo rescisão estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos públicos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

da Emissora; (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas, titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404/76;
(iv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano;
(v) pedido de auto-falência;
(vi) liquidação, dissolução ou decretação de falência;
(vii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;
(viii) perda da concessão, desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações; e
(ix) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R$50.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas, previstas no contrato de debêntures.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

									31/12/2015				31/12/2014			
									Encargos	Principal			Encargos	Principal		
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																	
EDP - Energias do Brasil S.A.	100.000	07/08/2015	100.000	07/08/2015 a 06/08/2017	Contratos de mútuo		100,3% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final					-	72			72
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	48.000	20/02/2008	48.000	20/02/2011 a 20/02/2015	Implantação da pequena central hidrelétrica Santa Fé	Dívida líquida em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5	106,6% do CDI	Principal anual e Juros semestrais					-	408	9.600		10.008
BNDES	25.404	13/11/2009	20.004	15/06/2010 a 15/05/2018	Programa de Investimento		4,50% a.a. e TJLP +1,92% a.a.	Principal e Juros mensais	Depósito caucionado	17	2.508	3.553	6.078	22	2.503	6.049	8.574
Total										**17**	**2.508**	**3.553**	**6.078**	**502**	**12.103**	**6.049**	**18.654**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

17.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2014	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2015
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						
Principal	12.103	(12.104)		2.504	5	2.508
Juros	502	(1.106)	621			17
	12.605	**(13.210)**	**621**	**2.504**	**5**	**2.525**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos						
Principal	6.049			(2.504)	8	3.553
	6.049	**-**	**-**	**(2.504)**	**8**	**3.553**

17.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Vencimento
Circulante	
2016	2.525
	2.525
Não circulante	
2017	2.508
2018	1.045
	3.553
Total	**6.078**

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para a mensuração dos planos do tipo benefício definido, a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA	16	13		
Assistência médica e seguro de vida	371	219	9.763	6.602
Contribuição definida	94	99		
	481	**331**	**9.763**	**6.602**

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Adicionalmente, a Companhia possui planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos.

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade Contribuição variável (administrados pela EnerPrev): o Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o Plano Previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando, responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

• Plano de Benefícios I e II (administrado pela Fundação Enersul): O Plano I está estruturado na modalidade de benefício definido, o qual consiste em um plano complementar à Previdência Social, sendo o valor dos benefícios previamente definido. O Plano II é um plano estruturado na modalidade de Contribuição variável, o qual está estruturado na modalidade de Benefício definido para os benefícios de risco, que contemplam a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte de participante ativo, e na modalidade de Contribuição definida para os benefícios programados, englobando a aposentadoria normal e antecipada.

18.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2015				2014			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldo inicial reconhecido	**(1.067)**	**2.266**	**(1.199)**	**92**	**(1.199)**	**2.511**	**(1.312)**	
Custo do serviço corrente	(15)			(15)	(17)		17	
Custo dos juros	(114)	261	(136)	11	(140)	300	(160)	
Ganhos/(perdas) atuariais	(350)	151	204	5	37	(287)	250	
Contribuições pagas pela Companhia						(6)	6	
Contribuições pagas pelos empregados					(4)	4		
Benefícios pagos pelo plano	312	(312)			256	(256)		
Mudança na recuperação do superávit								92
Saldo final reconhecido	**(1.234)**	**2.366**	**(1.131)**	**93**	**(1.067)**	**2.266**	**(1.199)**	**92**

O superávit no valor de R$93 foi registrado no exercício em contrapartida da rubrica de Outros créditos.

18.1.1.2 Despesas líquidas

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em Outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2015
Custo do serviço	
Custo do serviço corrente	13
Custo dos juros	(9)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	**4**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido	
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	(151)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	379
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	(29)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(204)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(5)**
Total	**(1)**

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Companhia contribuiu no exercício com R$54 (R$104 em 2014).

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2015 Alocação %	31/12/2014 Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	92,24%	89,27%
Ações	Cotado	4,66%	7,26%
Imóveis	Cotado	1,71%	1,67%
Outros	Não cotado	1,39%	1,80%
Total		**100,00%**	**100,00%**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2015		2014	
Econômicas	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Taxa de desconto - nominal	12,75% a.a.	12,75% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,82%	7,82%;	6,34%	6,34%;
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	AT-2000 / RP 2000 Generational	AT-2000 RP 2000	AT-2000 RP 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Disabled	Disabled	Disabled	Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985	Muller / Wyatt 1985	Muller	Muller

18.1.2 Plano de contribuição definida

A Companhia oferece 2 planos de contribuição definida:

(i) Plano administrado pela EnerPrev, sendo que os colaboradores realizam contribuições básicas de até 5% do salário mensal, e a empresa aporta 100% desse valor como contribuição normal. Os colaboradores também podem optar pela contribuição voluntária de até 5% do salário mensal, sem o aporte da patrocinadora.

(ii) Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) aberto e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência sendo que o colaborador pode contribuir com até 2% do salário mensal, e a Companhia aporta 100% desse valor como contribuição normal. O participante também pode optar pela contribuição voluntária de até 2% do salário mensal, sem aporte da patrocinadora.

Para ambos os planos a adesão não é obrigatória e, caso haja interesse, o colaborador deve se manifestar. Adicionalmente estes planos não geram qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$543 (R$528 no exercício de 2014).

Esses planos em 31 de dezembro de 2015 tem a adesão de 88 colaboradores (90 colaboradores em 31 de dezembro de 2014).

18.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício definido

• Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados - Cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

18.2.1 Avaliação atuarial

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2015 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do exercício do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial.

18.2.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	
	2015	2014
Saldo inicial reconhecido	**(6.834)**	**(7.775)**
Custo do serviço corrente	(85)	(178)
Custo dos juros	(828)	(919)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.676)	1.933
Benefícios pagos pela Companhia	273	105
Saldo final reconhecido	**(10.150)**	**(6.834)**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2015 é de R$3.501 (R$1.738 em 31 de dezembro de 2014) (Nota 22.4).

18.2.3 Despesas líquidas

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado e ganhos e perdas atuariais reconhecida em Outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Custo do serviço		
Custo do serviço corrente	85	178
Custo dos juros	828	920
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	**913**	**1.098**
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido		
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	2.441	(2.203)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	235	270
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	**2.676**	**(1.933)**
Total	**3.589**	**(835)**

O número de participantes considerados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

	2015				2014			
	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	1	18		60	1	17		69
Participantes assistidos								
Dependentes		33				29		
Aposentados e pensionistas		20	21			20	21	
	-	**53**	**21**	-	-	**49**	**21**	-
Total	**1**	**71**	**21**	**60**	**1**	**66**	**21**	**69**

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados
Análise de sensibilidade		
Pressupostos centrais	9.580	100
Taxa de desconto		
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(619)	(13)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	687	15
Mortalidade		
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	238	2

Os resultados mostrados acima foram preparados alterando apenas as hipóteses mencionadas em cada linha.

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2015			
Econômicas	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	12,75% a.a.	12,75% a.a.	12,75% a.a.	12,75% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,82%	n/a	n/a	7,82%
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	n/a	11,50% a.a. em 2016, reduzindo linearmente para 7,00% a.a. até 2026	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	n/a	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2014			
Econômicas	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34%	n/a	n/a	6,34%
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	n/a	11,51% a.a. em 2015, reduzindo linearmente para 6,55% a.a. até 2025	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

19 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2014	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2015
Quota de reserva global de reversão - RGR		1.998	7.779		(9.206)	571
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)		947	2.342		(3.193)	96
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1	2.685	2.356	268	(2.747)	2.562
Outros encargos		99	1.180		(1.174)	105
Total		**5.729**	**13.657**	**268**	**(16.320)**	**3.334**
Circulante		5.729				3.334
Total		**5.729**				**3.334**

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. O programa de P&D é regulamentado por meio da Resolução Normativa nº 504/12. O saldo líquido contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes ao programa.

20 Uso do bem público

O valor justo total das obrigações relacionadas com o Uso do bem público (Nota 1.1.2), foram provisionadas e capitalizadas em contrapartida do Intangível (Nota 14) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do Uso do bem público foi reconhecido de acordo com o CPC 25.

No exercício de 2015, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2015, o saldo remanescente encontra-se segregado no Circulante e Não circulante.

A provisão do pagamento do UBP está ajustada ao valor presente pela taxa de 6,92% a.a., que representa a taxa de captação de empréstimos e financiamentos na data do reconhecimento inicial.

	Saldos em 31/12/2014	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	Saldos em 31/12/2015
Circulante						
Uso do bem público	1.501	(5)	91	(1.481)	1.406	1.512
	1.501	**(5)**	**91**	**(1.481)**	**1.406**	**1.512**
Não circulante						
Uso do bem público	4.175	295	470		(1.406)	3.534
	4.175	**295**	**470**	**-**	**(1.406)**	**3.534**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

		Circulante	Não circulante	
	Nota	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1		1.727	2.306
Licenças ambientais	21.2	135	77	49
Total		**135**	**1.804**	**2.355**

21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo						Ativo	
			Baixas				Depósito judicial	
	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	2.284	828	(758)	(698)	72	1.728	1.862	2.357
Cíveis	22	2	(29)		4	(1)	122	122
Total	**2.306**	**830**	**(787)**	**(698)**	**76**	**1.727**	**1.984**	**2.479**
Não circulante	2.306					1.727	1.984	2.479
Total	**2.306**					**1.727**	**1.984**	**2.479**

21.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

			Ativo	
			Depósito judicial	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	3.506	1.857	459	331
Cíveis	8.669	6.926		
Fiscais	4.101	3.652	57	57
Total	**16.276**	**12.435**	**516**	**388**

21.1.2.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em tramite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e a Companhia aguarda intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2015 é de R$4.407 (R$3.528 em 31 de dezembro de 2014).

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista na extinta controlada CESA, que foram incorporados pela Companhia, cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2015 é de R$188 (R$378 em 31 de dezembro de 2014).

21.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2015 de R$77 (R$184 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares.

Os desembolsos de natureza ambiental da Companhia durante o exercício de 2015 foram de R$1.035 (R$1.765 em 31 de dezembro de 2014). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados o montante de R$244, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do exercício, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados pela Companhia R$791, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Circulante	135	129	(244)		(20)	-
Não circulante	49			8	20	77
Total	**184**	**129**	**(244)**	**8**	**-**	**77**

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é de R$284.737 (R$263.436 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 26 de junho de 2015, o aumento de capital da Companhia no valor de R$221.478, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de retenção de lucros (Nota 22.3.1).

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 17 de novembro de 2015, a homologação da redução do capital da Companhia no valor de R$200.177, sem cancelamento de ações.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	1.000.572.260	100,00	1.000.572.260	100,00
Outros	4		4	
Total	**1.000.572.264**	**100,00**	**1.000.572.264**	**100,00**

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2015
Lucro líquido apurado no exercício	81.797
Constituição da reserva legal - 5%	(4.090)
	77.707
Destinação do lucro	**77.707**
Dividendos intermediários - JSCP	32.364
Lucros retidos a deliberar	45.343

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Reservas de lucros			
Legal		43.734	39.643
Retenção de lucros	22.3.1	127	191.681
Lucros retidos a deliberar	22.3.2	45.343	74.798
Incentivos fiscais	22.3.3	16.723	16.850
		105.927	**322.972**

22.3.1 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

Em 26 de junho de 2015, a AGE deliberou o aumento de capital, mediante a capitalização do saldo de reserva de retenção de lucros no montante R$221.478.

22.3.2 Lucros retidos a deliberar

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

Do saldo de R$74.798 em 31 de dezembro de 2014, R$45.000 foram destinados como dividendos adicionais (Nota 8) e R$29.798 como reserva de Retenção de lucros (Nota 22.3.1).

22.3.3 Incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 26.1).

22.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2014	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2015
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.633)	384	(3.055)		(5.304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	895			908	1.803
	(1.738)	**384**	**(3.055)**	**908**	**(3.501)**

23 Receitas

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. As receitas com operações de energia elétrica são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

(ii) O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

	MWh (*)		R$	
	2015	2014	2015	2014
Suprimento de energia elétrica	1.862.908	2.050.391	326.422	416.967
Energia de curto prazo	15.487	56.903	6.194	24.266
Outras receitas operacionais			1.644	1.521
Receita operacional bruta	**1.878.395**	**2.107.294**	**334.260**	**442.754**
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
PIS/COFINS			(30.919)	(40.954)
ISS			(72)	(81)
			(30.991)	**(41.035)**
Encargos do consumidor				
P&D			(2.356)	(3.169)
RGR			(7.779)	(10.599)
Outros encargos			(3.522)	
			(13.657)	**(13.768)**
Receita	**1.878.395**	**2.107.294**	**289.612**	**387.951**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

	2015						2014
	Custo do serviço			Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda	127.558					127.558	197.538
Encargos de uso da rede elétrica	6.916					6.916	6.100
Taxa de fiscalização						-	1.165
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)						-	4.434
	134.474	**-**	**-**	**-**	**-**	**134.474**	**209.237**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.902		9.651		24.553	24.827
Material		1.413	5	254		1.672	1.559
Serviços de terceiros		7.552	318	4.614		12.484	16.945
Depreciação		15.191		4.932		20.123	13.317
Amortização		847		653		1.500	856
PCLD / perdas líquidas						-	(629)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					132	132	1.150
Aluguéis e arrendamentos		258		683		941	1.944
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					10.958	10.958	151
Outras		959		2.161		3.120	2.922
	-	**41.122**	**323**	**22.948**	**11.090**	**75.483**	**63.042**
Total	**134.474**	**41.122**	**323**	**22.948**	**11.090**	**209.957**	**272.279**

25 Resultado financeiro

	2015	2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras e cauções	2.637	2.722
Juros e multa sobre impostos	248	2.209
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(135)	
Outras receitas financeiras	658	1.430
	3.408	**6.361**
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos		(8)
Encargos de dívidas	(17.582)	(15.798)
Variações monetárias moeda nacional	(22)	(14)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(76)	(160)
Ajustes a valor presente	(290)	(149)
Atualização monetária Uso do bem público	(561)	(102)
Benefícios pós-emprego	(829)	(939)
Outras despesas financeiras	(660)	(333)
	(20.020)	**(17.503)**
Total	**(16.612)**	**(11.142)**

26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

	Nota	2015	2014
Lucro antes do IRPJ e CSLL		95.939	136.039
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		**(32.619)**	**(46.253)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
Doações		(193)	(119)
Perdas indedutíveis		(2.471)	
Resultados de equivalência patrimonial		11.185	10.713
Juros sobre o capital próprio		11.004	8.286
Outras		(120)	(170)
Outros			
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		(1.197)	1.483
SUDENE	26.1		2.906
Outras		269	285
Despesa de IRPJ e CSLL		**(14.142)**	**(22.869)**
Alíquota efetiva		14,74%	16,81%

26.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2005.

Para os anos calendários de 2015 à 2024, em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi requerido novo incentivo fiscal junto à SUDENE. O incentivo já encontra-se aprovado junto à SUDENE e, atualmente, a Companhia aguarda o reconhecimento do benefício pela Receita Federal.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

No exercício de 2015, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Resultado	
	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	81.797	113.170
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	1.000.572	1.000.572
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**0,08175**	**0,11311**

28 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

28.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015 Valor justo	31/12/2014 Valor justo	31/12/2015 Valor contábil	31/12/2014 Valor contábil
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	40.028	8.833	40.028	8.833
Ativos mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	10		968	867	968	867
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento			9.913	16.560	9.913	16.560
Concessionárias	5		36.205	45.372	36.205	45.372
Outros créditos - Partes relacionadas	11		185	316	185	316
			87.299	**71.948**	**87.299**	**71.948**
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	15		41.780	23.077	41.780	23.077
Debêntures	16		124.841	122.429	123.243	122.429
Uso do bem público	20		4.880	5.676	5.046	5.676
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional			6.078	18.592	6.078	18.582
Contratos de mútuo	9			72		72
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	11		226	204	226	204
			177.805	**170.050**	**176.373**	**170.040**

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente destes contratos possuírem características próprias.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valor justo são divulgadas a seguir levando em consideração seu prazo e relevância do instrumento financeiro:

(i) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 8,92% a.a. que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia.

28.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

28.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

28.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte para empréstimos e financiamentos o BNDES e Banco do Brasil e para as debêntures o agente fiduciário Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida e Debêntures diferem do seu valor contábil.

28.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	127			127	34	68	(34)	(68)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	8.448			8.448	2.112	4.224	(2.112)	(4.224)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	**8.575**	-	-	**8.575**	**2.146**	**4.292**	**(2.146)**	**(4.292)**
Debêntures	CDI	(12.825)	(3.124)		(15.949)	(3.411)	(6.757)	3.475	7.019
Instrumentos financeiros passivos	CDI	**(12.825)**	**(3.124)**	-	**(15.949)**	**(3.411)**	**(6.757)**	**3.475**	**7.019**
		(4.250)	**(3.124)**	-	**(7.374)**	**(1.265)**	**(2.465)**	**1.329**	**2.727**
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(215)	(112)	(326)	(653)	(30)	(101)	30	101
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	**(215)**	**(112)**	**(326)**	**(653)**	**(30)**	**(101)**	**30**	**101**
		(215)	**(112)**	**(326)**	**(653)**	**(30)**	**(101)**	**30**	**101**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia. Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,75% e 15,75% e TJLP entre 6,00% e 7,5%.

28.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5).

A Companhia em 31 de dezembro de 2015 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros futuros e, consequentemente, não contabilizados, encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a determinadas usinas hidrelétricas, dentre elas as UHEs Mascarenhas e Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito. Em um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a Companhia utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Total**	**Total**
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.653	37.797	330		41.780	23.077
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				226	226	276
Debêntures			63.267	59.976	123.243	122.429
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			2.525	3.553	6.078	18.582
Uso do bem público	128	380	1.004	3.534	5.046	5.676
	3.781	**38.177**	**67.126**	**67.289**	**176.373**	**170.040**

28.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 16 e 17. Até 31 de dezembro de 2015 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

28.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R$31.438 (R$12.520 positivo em 31 de dezembro de 2014). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se principalmente à amortização de principal e aos juros das Debêntures, que poderão ser pagos com fluxo de caixa gerado pela operação ou via refinanciamento das dívidas e, se necessário, com aportes de capital para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

28.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia de não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	**2017 a 2018**	**2019 a 2020**	**A partir de 2021**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	997	97	46		1.140	34
Materiais e serviços	27.456	13.859	89	229	41.633	44.688
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	13.132	3.015			16.147	26.568
	41.585	**16.971**	**135**	**229**	**58.920**	**71.290**

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para as atividades de operação e manutenção da Companhia.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2015					31/12/2014
	2016	**2017 a 2018**	**2019 a 2020**	**A partir de 2021**	**Total geral**	**Total geral**
Responsabilidades com locações operacionais	839	85	43		967	32
Materiais e serviços	23.112	12.043	84	251	35.490	40.475
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	13.452	3.551			17.003	27.692
	37.403	**15.679**	**127**	**251**	**53.460**	**68.199**

29.2 Garantias

Tipo de garantia	**Modalidade**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Aval de acionista	Seguro de vida	20.620	22.956
Depósitos caucionado	Empréstimos e financiamentos	846	747
	Outros	122	120
Seguro garantia	Compra de energia	432	432
		22.020	**24.255**

30 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou as seguintes transações: (i) Constituição de dividendos a pagar no valor de R$3.009; (ii) Aumento de capital social por meio da capitalização de Reservas de lucros no valor de R$221.478; e (iii) Transferência de controle acionário em controladas para a controladora EDP - Energias do Brasil em contrapartida de redução de capital social no valor de R$200.177. Estas atividade não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração do fluxo de caixa.

31 Cobertura de seguros

A Companhia mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor em risco	**Limite máximo de indenização**	**Valor em risco**	**Limite máximo de indenização**
Subestações	22.337	170.000		
Usinas	414.899		408.804	166.500
Prédios e conteúdos (terceiros)	350	350	350	350
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	20.620	(*)	22.956	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R$51 e o limite máximo de R$517.

A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$20.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$17.572; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$77.565.

32 Eventos subsequentes

32.1 Cisão - Anuência do BNDES e da ANEEL

Em 27 de janeiro de 2016, por meio da carta nº 09/2016, o BNDES anuiu a cisão parcial da Companhia condicionada anuência da ANEEL que, em 16 de fevereiro de 2016, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.633, também anuiu o processo de cisão, aprovando as minutas para os termos aditivos aos contratos de concessão (Nota 3.1).

32.2 Adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 5 de janeiro de 2016 a Companhia protocolou junto à ANEEL o pedido de anuência de repactuação do Risco Hidrológico, conforme descrito na nota 3.2, e também a petição de desistência das ações judiciais atreladas à UHE Mascarenhas e às PCHs Jucu, Rio Bonito e São João, com renúncia do direito sobre o qual corresponde a ação judicial ingressada por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE.

A referida decisão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a cada opção de repactuação.

Para suportar essa decisão, a Companhia contratou pareceres independentes nas vertentes energética, econômica e jurídica, envolvendo os aspectos tributários e de fluxo de caixa.

Após análises, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico no ACR no produto SP94, no montante de R$11.971, relativos ao período de janeiro a dezembro de 2015, onde 94% da exposição ao GSF é protegida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, especificamente para as Usinas mencionadas acima. Este montante será amortizável linearmente no período de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024. Adicionalmente a Companhia optou pela não repactuação do risco hidrológico da UHE Suíça e PCHs Viçosa, Alegre e Fruteiras.

Em 28 de janeiro de 2016 a ANEEL, por meio do Despacho nº 243/16, anuiu a adesão da UHE Mascarenhas e das PCHs Jucu, Rio Bonito e São João à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Regulado - ACR. A Companhia optou pela não adesão à proposta de repactuação do risco hidrológico, no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Do montante de R$5.222 pertencente à UHE Mascarenhas, a ANEEL não anuiu a adesão ao ACR, para a energia contratada em leilões A-1, correspondente a 5MW médios equivalentes a R$1.135. A Companhia está discutindo com o órgão regulador o tratamento aplicado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Diretor de Sustentabilidade

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

José Cherem Pinto
Diretor

Dione da Silva Freitas
Diretor

Dino Rogério Padilha
Diretor

Renan Silva Sobral
Contador - CRC 1SP271964/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Energest S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. (a "Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6